

A Geopolítica da Política Externa dos Governos de Lula da Silva (2003-2010) para a América Central e o Caribe

Caio Cursini¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a geopolítica da política externa brasileira para a América Central e o Caribe durante o governo Lula da Silva que vai de 2003 a 2010. A discussão se debruça sobre o levantamento dos acordos entre o Brasil e os países desta região, demonstrando que além do caráter político internacional autônomo e multipolar, havia também uma visão geopolítica que sustentou às ações do governo brasileiro. Todos estes acordos são categorizados e quantificados, de modo a demonstrar comparativamente com outros períodos da história brasileira o redirecionamento da política externa em direção ao seu entorno geográfico norte.

Palavras-Chave: Geopolítica; Lula da Silva; Política Externa.

La geopolítica de la política exterior brasileña durante el gobierno Lula da Silva (2003-2010) para América Central y el Caribe

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la geopolítica de la política exterior brasileña para América Central y el Caribe durante el gobierno Lula da Silva que va de 2003 a 2010. La discusión se centra en el levantamiento de los acuerdos entre Brasil y los países de esta región, demostrando que además del carácter político internacional autónomo y multipolar, había también una visión geopolítica que sostuvo a las acciones del gobierno brasileño. Todos estos acuerdos son categorizados y cuantificados, para demostrar comparativamente con otros períodos de la historia brasileña el redireccionamiento de la política exterior hacia su entorno geográfico norte.

Palabras clave: Geopolítica; Lula da Silva; Política Externa.

Introdução

A geopolítica, embora muito estudada por pesquisadores e pesquisadoras das relações internacionais, ciências políticas e história, também é um campo de conhecimento da geografia, entretanto, raros são os geógrafos que se debruçam sobre a construção da geopolítica e a sua aplicação na política do Estado, de modo a compreender o papel da geografia na tomada de ações e decisões dos estadistas. Surge-nos, portanto, a questão – em que medida, a geopolítica é relevante no

¹ Doutorando em Geografia com ênfase em Geopolítica na Universidade de São Paulo (USP). Contato: caio_cursini@hotmail.com

delineamento das políticas de Estado e em quais aspectos a geopolítica interessa para o direcionamento da política externa brasileira?

Assim, o presente artigo dedica-se a compreender a relação do Estado e a política externa brasileira durante os oito anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como presidente Lula da Silva (2003-2010). Também no campo da política externa conduzida por Celso Amorim, durante os dois mandatos de Lula da Silva, buscou-se um significativo protagonismo em novas plataformas junto às chamadas potências regionais como Rússia, China e Índia, assim como no continente africano e centro-americano. A partir disto, atentamo-nos a uma região pouco examinada pelos estudiosos tanto das políticas internacionais brasileiras, assim como os geopolíticos – a América Central e o Caribe.

A análise da política externa brasileira para tal região é importante, pois nesta concretizam-se algumas medidas externas do governo petista que evidenciam as principais diretrizes deste governo para o campo internacional, deste modo, observaremos a expansão das relações com aqueles países, através da cooperação em diversos âmbitos de interesse econômico, tecnológico, educacional, social, militar, ambiental, energético e agrícola. O que também analisamos aqui são as questões intrínsecas à geopolítica, partindo da hipótese que o governo brasileiro buscava a ampliação das relações com os países centro-americanos e caribenhos, uma vez que seriam indispensáveis para o aumento da projeção do poder brasileiro no âmbito regional. Pressupomos, deste modo, que a aproximação do Brasil em direção ao seu entorno geográfico norte vislumbrava uma relação estratégica de poder.

Dessa maneira, realizamos uma análise dos acordos firmados entre os estadistas brasileiros e aqueles centro-americanos e caribenhos durante o governo Lula da Silva e comparamo-os quantitativamente com aqueles levantados entre 1946 a 2002. Enfatizamos ainda que a confrontação dos dados durante dois períodos desiguais de tempo tem como objetivo evidenciar a importância que a região em análise obteve durante o governo do Partido dos Trabalhadores.

Igualmente destacamos que a análise quantitativa, aqui referida garante-nos uma perspectiva geopolítica importante, ou seja, permite-nos examinar o viés entre a

política externa e a geopolítica, por meio da dinamicidade dos estadistas brasileiros refletida em acordos firmados entre o Brasil e os países da América Central e Caribe.

A geopolítica e a política externa no governo Lula da Silva

De acordo com o discurso da campanha presidencial de 2002 do Partido dos Trabalhadores (PT) a política externa deveria ser um meio a partir do qual o governo brasileiro buscava desenvolver o Estado. Para isso seria necessário, segundo a visão do partido um mundo mais equilibrado, no qual as relações de poder fossem menos assimétricas. Assim, segundo o documento:

(...)a política externa será um meio fundamental para que o governo implante um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, procurando superar a vulnerabilidade do País diante da instabilidade dos mercados financeiros globais. Nos marcos de um comércio internacional que também vem sofrendo restrições em face do crescente protecionismo, a política externa será indispensável para garantir a presença soberana do Brasil no mundo. (BRASIL, 2002, p.6).

No mesmo documento, não menos explícita está a necessidade de que se fossem priorizadas as relações regionais, principalmente no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Também merece destaque a ênfase da cartilha sobre eminência do desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro pautado pela relação entre o incentivo do Estado com o apoio da iniciativa privada. Esta característica, como aponta Cervo (2003) faz parte de um paradigma iniciado durante o governo Lula da Silva denominado de Estado Logístico. Este:

(...)recupera a autonomia decisória, sacrificada pelos normais², e adentra pelo mundo da interdependência implementando um modelo decisório de inserção autônoma. Seu escopo final é a superação de assimetrias entre as nações, ou seja, elevar o patamar nacional ao nível das nações avançadas.

² O autor faz alusão ao paradigma denominado por ele de “Estado Normal”, referente às políticas externas dos países sul-americanos ao final da Guerra Fria. O Estado Normal é referido por Cervo (2003; 2008) como marcado por um período contraditório de abertura do mercado e modernização das empresas públicas e privadas, contrastado pelo retorno a uma dependência estrutural em relação aos países desenvolvidos.

Diferencia-se do paradigma desenvolvimentista, com o qual convive sem conflito, ao transferir à sociedade as responsabilidades do Estado empresário. (CERVO, 2003, p.21).

É relevante, ainda no âmbito regional a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) criada no ano de 2000, ainda quando o Brasil era presidido por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o protagonismo que esta ganhou durante o governo Lula da Silva. A iniciativa ganhava certo espaço num contexto político no qual a integração regional não era só pertinente do ponto de vista econômico, mas convergia com um programa político que vislumbrava certo estreitamento das relações entre os países da América do Sul³.

Extrapolando a esfera regional, as principais questões ao entorno do desenvolvimento mundial eram debatidas no G-20 possuindo como pautas principais o desenvolvimento e os subsídios dos países desenvolvidos à agricultura, ambos os temas amplamente relacionados com o protecionismo dos Estados europeus e a transferência tecnológica destes países em direção aos países em desenvolvimento.

Função semelhante foi dada ao G-3 ou IBAS, o fórum de discussões constituído por África do Sul, Brasil e Índia possuía um papel muito relevante em institucionalizar interesses convergentes de países com características socioeconômicas semelhantes. As discussões no fórum, como observa Vizentini (2006) possuíam um teor que postulava a necessidade de combater as assimetrias de poder internacional, assim como visualizava o combate à fome e a pobreza como uma tarefa paralela e intrínseca à contenção das desigualdades de poder internacional.

É necessário observar que é corrente entre os integrantes do governo Lula da Silva, a ótica de que as dimensões geográficas do país eram características importantes para que coubesse ao Brasil um papel de maior destaque no cenário internacional. Esta perspectiva está presente na obra de Guimarães (2006), assim

³ No ano de 2011 a IIRSA é incorporada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento do UNASUL.

como é possível identificá-la em trechos do discurso de Celso Amorim, então ministro das relações exteriores do Brasil, entre os anos de 2003 a 2010.

Em conjunto a todas estas ações é importante ter em vista que o objetivo primordial da política externa brasileira era a assunção do país a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), como o demonstra Amorim (2010), conselho este composto por China, Estados Unidos, Rússia, Reino Unido e França.

Em termos geopolíticos clássicos, a política externa brasileira em Lula da Silva perseguiu uma autonomia internacional em que o Estado, no sentido realista da teoria das relações internacionais, é portador e responsável pelos interesses nacionais e, por consequência, dirigente das ações e decisões para a manutenção e multiplicação do poder nacional. No entanto, como apontou Cavagnari (1987), esta visão geopolítica de participação ativa do Estado pode dissimular as reais condições de desenvolvimento do país, contrapondo, deste modo, uma visão externa de grandeza que se opõe aos problemas estruturais internos.

Dito isso, é necessário observar que para além da aproximação dos estadistas brasileiros em relação aos países do entorno geográfico do país existe uma visão geopolítica clássica em que o Estado, por meio de seus agentes deve possuir uma política positiva, esta relação é refletida por Amorim (2010), quando este observa a integração Sul-Americana como indispensável ao sucesso dos negócios internacionais, assim como observa a integridade dos territórios da América do Sul, América Latina e Caribe. Não é demasiado, portanto, sugerir que a proposta da política externa de Lula da Silva para a América Central e Caribe, foco da nossa análise, tenha sido pautada por ideais geopolíticos clássicos, no sentido atribuído por Becker:

(...)apoiada nos princípios do paradigma do realismo político, a geopolítica reforça a tradição político-geográfica dos estudos focados no Estado. Mais do que isso, de fato, os estudos geopolíticos clássicos reconhecem o Estado como o único protagonista das relações internacionais, depreendendo-se desse reconhecimento à ideia de que o Estado é a única fonte de poder. (BECKER, 2012, p.147).

Em resumo, segundo Cepaluni e Vigevani (2007) a postura brasileira na política externa brasileira pode ser chamada de “autonomia pela diversificação”, de modo que o Brasil claramente alterava a sua estratégia de inserção internacional, a partir de um entendimento de que as relações multilaterais seriam indispensáveis para o melhor equilíbrio das relações com os chamados países desenvolvidos.

É neste sentido que a América Central e o Caribe ganham certa importância na política externa brasileira durante o período analisado. É sintomática a participação do Brasil como observador da Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM), atual Comunidade do Caribe, em 2004. Além disso, em 2008, o então presidente Lula da Silva foi convidado da cúpula do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), tornando-se, também, o Brasil observador do SICA. Assim, a participação brasileira na região centro americana e junto aos países do Caribe, como se verá adiante, não só reflete as diretrizes internacionais daquele governo brasileiro, mas também expõe a visão geopolítica petista no cenário internacional. No que concerne aos objetivos da política externa brasileira de Lula da Silva entre 2003 a 2010 podemos apontar cinco pontos principais:

- 1- Busca por um assento permanente no CSNU;
- 2- Combate ao protecionismo comercial e agrícola desfavorável aos países em desenvolvimento;
- 3- Integração regional entre os países da América do Sul e Latina;
- 4- Priorização do MERCOSUL na busca de uma política externa comum entre os países do bloco;
- 5- Aproximação brasileira em relação aos países de importância regional (China, Índia, África do Sul e Rússia).

A América Central e o Caribe

Com exceção a alguns levantamentos sobre a importância geopolítica do Canal do Panamá e outras poucas obras sobre importância do entorno oceânico para a consolidação do poder brasileiro, como Castro (1999), por exemplo, em que a autora embora não se aprofunde sobre a importância do Caribe, atribui uma importância ao poder marítimo poucas vezes verificado na geopolítica, é relevante

observar que sobre a política externa e as relações geopolíticas do Brasil com os países da América Central e do Caribe pouco se tem escrito.

É certo que a área de conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico, como é o canal do Panamá, teve real importância no debate geopolítico, destacando-se a obra de Mahan (1897) sobre a importância do corredor marítimo para a política e poder dos Estados Unidos. É também verdade que a região do Mar do Caribe, ainda que de forma secundária, tenha despontado nas obras dos geopolíticos brasileiros. Mattos (1977), por exemplo, rapidamente faz menção à região expondo como eixo estratégico o Canal do Panamá, o mesmo ocorre em Silva (1981a) apontando a importância da região nos mapas de sua obra.

No entanto, a atenção sobre os países da nossa área de estudos possui um relevo pouco significativo nas obras dos autores clássicos da geopolítica brasileira, ou seja, a importância centro americana e caribenha está indiretamente relacionada às políticas internas de integração da Amazônia e também das políticas do Brasil para com os países sul-americanos ao norte da Linha do Equador. Deste modo, embora a região seja adjacente ao território brasileiro, a geopolítica brasileira poucas vezes ultrapassou as discussões além das fronteiras sul-americanas.

De modo mais contundente, Lacoste (2001), em artigo publicado na revista *Herodote*, destaca a existência de três áreas estratégicas no mundo, denominando-as de “os três mediterrâneos”, são estas o próprio Mar Mediterrâneo, o Mar da China e o Mar do Caribe. Assim, o autor atribuiu a estas regiões características semelhantes como extensões marítimas envoltas por territórios de diversos países, também é aspecto importante o fato destas regiões serem áreas-chave para o comércio marítimo, sendo caracterizadas pelo trânsito constante de embarcações de grande parte do mundo.

Do mesmo modo que a geopolítica brasileira versou pouca importância sobre a região em discussão, a política externa também parece ter avistado poucos afazeres nestes países. Como observa Nunes (2012), uma das justificativas para o escasso material sobre esta região está atrelada a pequena representatividade econômica destes países para o Brasil. A discussão sobre a importância dos estadistas brasileiros se esforçarem em estreitar relações com países de pequenas

proporções territoriais e econômicas também pode ser encontrada em Biato (2009), este autor, no entanto observa que:

(...)numa economia cada vez mais globalizada, esse agrupamento de países dispõe de localização privilegiada para acessar as principais praças comerciais e motores econômicos do século XXI. Trata-se de região situada estrategicamente próxima ao maior mercado do mundo – os Estados Unidos. (BIATO, 2009, p.84).

Como reflexo da visão de política externa em Lula da Silva, em 2004 o exército brasileiro assumia a liderança da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)⁴ e em conjunto à missão de paz assumia o interesse brasileiro sobre a região. Esta perspectiva é reforçada por Amorim (2010), que além de enfatizar a grave crise haitiana, observava a intervenção brasileira como uma ação sinalizadora da postura brasileira no cenário internacional, a liderança brasileira na missão humanitária no Haiti imprimia à política externa brasileira uma imagem de liderança regional e solidificava o discurso de combate às assimetrias do poder internacional, multilateralização da política externa e democratização do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Além da Missão no Haiti, a política externa brasileira para o continente centro-americano mostrou-se significativamente ativa, sendo possível verificar diversos acordos de cooperação entre o Brasil e esses países. Seleccionamos alguns trechos destes a fim de identificarmos os seus campos de cooperação e um viés geopolítico. Um aspecto marcante destes tratados é que eram versados sobre campos nos quais o Brasil possuía alguma experiência em decorrência de condições geográficas semelhantes, como, por exemplo, a agricultura tropical, biocombustíveis e preservação ambiental.

No que concerne à produção energética alternativa, como aponta Freitas (2014) o Brasil mostra-se um dos maiores produtores potenciais do mundo e no Governo Lula da Silva, ao menos na região centro-americana a experiência brasileira neste campo apresentou-se como um mecanismo de estratégias de

⁴ Após grave crise política em 2004 em decorrência da eleição de Jean Bertrand Aristide para o governo haitiano, o país vivenciaria um período de agravamento da violência e ficaria a beira de uma guerra civil. Assim, o Brasil no primeiro semestre de 2004 passou a chefiar a MINUSTAH.

vinculação de interesses internacionais no campo energético. É neste sentido, que é identificado nos atos internacionais entre Brasil e Costa Rica um incremento da cooperação na área de energia e biocombustíveis patenteados na assinatura do protocolo de intenções no campo de cooperação técnica no campo de produção e uso do etanol combustível (BRASIL, 2005).

Do mesmo modo, na Guatemala o governo brasileiro procurou prestar cooperação técnica energética, produção agrícola e também em campos de desenvolvimento social. Um aspecto relevante explicitado na declaração conjunta entre os dois governos em 2009 é a referência que este documento faz em relação à participação de empresas brasileiras nos campos de exploração de gás natural e petróleo na Guatemala e igualmente na confecção de projetos hidrelétricos guatemaltecos:

Presidente Colom reiterou ao Presidente Lula o convite para que empresas brasileiras participem das próximas licitações de novas áreas para a exploração e comercialização de petróleo e gás, na terra e no mar; Do mesmo modo, o Presidente Colom reiterou seu interesse, junto ao Presidente Lula, em que empresas brasileiras participem, com o apoio do Governo do Brasil, nos projetos hidroelétricos que se criem com a mudança da matriz energética da Guatemala, incluindo a possibilidade de financiamento. Presidente Lula confirmou seu interesse em que empresas de seu país participem em tais projetos. (BRASIL, 2009, p.2).

Outro aspecto importante de outro documento decorrente da visita do então presidente Lula da Silva a Guatemala é aquele que caracteriza as cooperações entre os dois países, inclusive explicitando que o Estado centro-americano apoiaria o Brasil no seu objetivo de conquistar a um assento permanente no CSNU.

Outra amostra importante da política brasileira para o Caribe é a relação entre Brasil e Cuba. Historicamente, marcada pelo rompimento das relações formais entre estes dois países durante a ditadura e uma aproximação no final do século XX, o país governado por Fidel Castro (1976-2008) veria uma aproximação considerável dos estadistas brasileiros, de modo a firmar acordos em diversas áreas de interesse entre estes países. Deste modo, assim que se inicia o governo Lula da Silva em 2003, são firmados acordos de entendimento em relação à cooperação técnica no

setor de micro e pequenas empresas e igualmente no setor de produção de derivados de cana de açúcar (BRASIL, 2003).

A fim de que possamos ter dimensão da política externa brasileira, as tabelas (Imagem 1 e Imagem 2) comparam quantitativamente os acordos segundo o país e a área em que o ato internacional foi firmado. Ressaltamos que os dados colhidos são referentes à plataforma de atos internacionais disponível no site do Itamaraty⁵.

Também destacamos que os números se referem a acordos, memorandos de entendimento, ajuste ou acordos complementares, protocolos e convênios firmados entre o Brasil e outro Estado. As categorias em que dividimos estes atos internacionais são – comunicação e transportes; comércio e economia; educação, cultura e desenvolvimento social; energia e meio ambiente; militar e segurança; agricultura, pecuária e pesca; saúde. Não estão incluídos neste levantamento atos referentes ao campo jurídico e ao turismo, assim como não contabilizamos atos que não explicitam uma categoria de atuação específica.

Imagem 1-Tabela de Atos Internacionais de Dutra até Cardoso (1946-2002)

Países	Comunicação e Transportes	Comércio, Economia e Indústria	Educação, Cultura e Desenvolvimento Social	Energia e Meio Ambiente	Militar e Segurança	Agricultura pecuária e pesca	Saúde	Total
Antigua e Bar.	-	-	1	-	-	-	-	1
Barbados	-	-	-	-	-	4	1	5
Belize	-	-	-	-	-	-	-	0
Costa Rica	3	3	7	1	-	-	1	15
Cuba	5	10	3	2	1	1	7	29
El Salvador	1	1	7	-	-	-	2	11
Guatemala	-	2	5	1	-	-	1	9
Haiti	-	-	2	1	-	-	-	3
Honduras	1	1	3	-	-	-	-	5
Jamaica	-	-	1	1	-	-	-	2
Nicarágua	1	1	3	1	-	1	1	8
Panamá	1	2	3	1	1	-	-	8
República Dom.	2	-	2	1	-	-	-	5
Trinidad Tobago	1	1	1	-	-	6	-	9

Fonte: Elaboração Própria, 2018

⁵É possível que devido a atualizações do site do qual foram colhidas as informações, esses números apresentem uma pequena variação, o que, no entanto, não compromete a análise da política externa brasileira para aquela região.

O que a tabela evidencia é que em um intervalo de tempo longo as relações brasileiras com os países da América Central e Caribe não foram numerosas, com exceção daquelas frente à Costa Rica e Cuba. Em relação a este país o número de atos internacionais é expressivo, principalmente a partir da década de 1990 em que o Brasil firma uma série de compromissos no campo da saúde.

Outro aspecto relevante é o considerável número de acordos na categoria comunicação e transportes, de modo que a maior parte destes atos seja referente a convênios de radioamadorismo, ou seja, o convênio para que radioamadores de ambos os países acordantes pudessem operar suas estações no outro país. Acordo semelhante ao de aviação, assinado com alguns países, em que as partes acordantes autorizavam, reciprocamente, o transporte de correio, mercadorias e passageiros por suas referentes companhias aéreas.

Os números ainda demonstram uma recorrência de acordos no campo da educação, cultura e desenvolvimento social, parte considerável destes acordos refere-se a cooperações artístico-culturais. Estas cooperações possuem um caráter específico de colaboração dos países acordantes em troca de informações científicas, educação urbana, divulgação mútua da cultura destes países e esportes.

De modo geral, é possível perceber uma participação discreta da política externa brasileira em relação aos países da América Central e Caribe e ainda que seja possível verificar uma atuação mais ativa junto a Cuba, não é possível afirmar que a região tenha sido considerada uma área importante não somente do ponto de vista externo, mas também geopolítico. O que os dados nos apresentam é que muito embora a área tenha tido uma relevância política importante com a Revolução Cubana (1959), o Sandinismo (1978-1990) e a Ocupação da República Dominicana, os governos brasileiros demonstraram ao longo do tempo certo distanciamento e até mesmo desinteresse em relação aos países em questão. Passemos agora à avaliação destes mesmos números durante o governo Lula da Silva.

Imagem 2- Tabela de Atos Internacionais em Lula da Silva (2003-2010)

Países	Comunicação e Transportes	Comércio, Economia e Indústria	Educação, Cultura e Desenvolvimento Social	Energia e Meio Ambiente	Militar e Segurança	AgriculturaPecuária e Pesca	Saúde	Total
Antígua e Bar.	-	-	1	-	-	-	-	1
Barbados	1	-	2	-	-	2	1	6
Belize	-	-	2	1	-	4	2	9
Costa Rica	2	-	-	12	-	1	5	20
Cuba	1	11	4	13	-	15	12	56
El Salvador	-	1	9	4	5	7	4	30
Guatemala	-	1	9	3	1	2	3	19
Haiti	-	1	8	4	4	5	8	30
Honduras	-	-	1	3	1	2	2	9
Jamaica	1	-	2	-	-	6	-	9
Nicarágua	1	1	4	5	1	3	2	17
Panamá	1	-	2	3	-	2	4	12
República Dom.	-	1	4	6	2	3	3	19
Trinidad Tobago	1	1	-	1	-	-	-	3

Fonte: Elaboração Própria, 2018

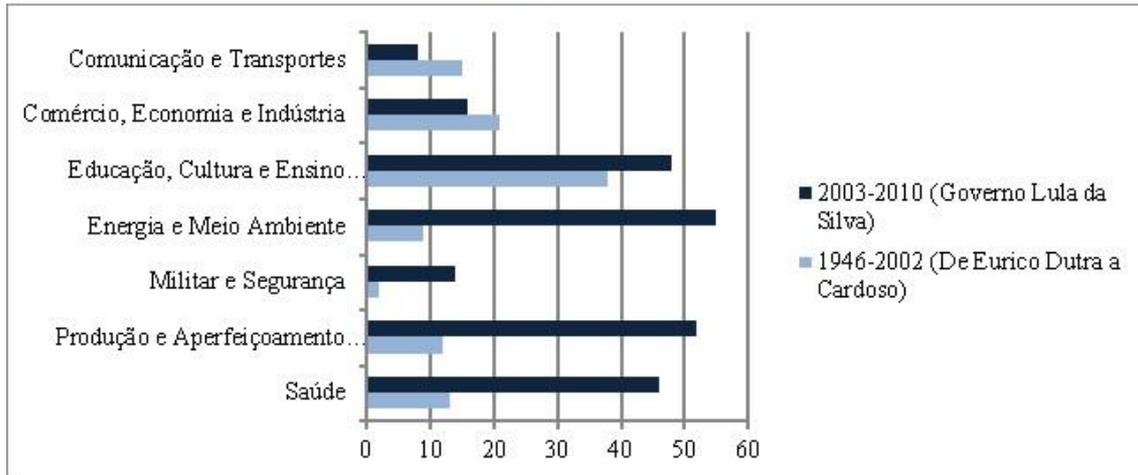
Os números de atos internacionais durante o Governo Lula da Silva são relevantes nos campos referentes à “energia e meio ambiente” e “agricultura, pecuária e pesca”, este é um indicador de que este governo buscava se aproximar dos países daquela região, principalmente a partir dos gêneros primários. A aproximação brasileira, portanto, deu-se, principalmente, a partir de cooperações técnicas, segundo Faria e Mendonça:

(...)as motivações da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento brasileira estiveram, em sua origem, também associadas à necessidade de renovar o sistema de cooperação internacional, para reforçar as capacidades dos países em desenvolvimento e facilitar-lhes a busca do desenvolvimento sustentável. (FARIA e MENDONÇA, 2015, p.8).

Igualmente significativo é o número de acordos referentes à cooperação no desenvolvimento tecnológico e produtivo do biodiesel. Assim, a partir deste campo é possível ter em perspectiva que a política externa brasileira utilizava-se da experiência produtiva nacional, no caso a produção doméstica de biodiesel, como instrumento de aproximação diplomática em regiões em desenvolvimento. Além disso, como observa Viola e Franchini (2013), a pauta ambiental mundial, pressionada pelas demandas de redução da emissão de gás carbônico, incentivou o consumo de combustíveis não fósseis e o governo brasileiro, aproveitando-se desta

demanda buscou conquistar uma participação significativa no mercado mundial de combustíveis.

Imagem 3



Fonte: Elaboração Própria, 2018

O que podemos sugerir, sustentado pelos dados comparados (Imagem 3), é que a política externa em Lula da Silva previa uma aproximação em direção aos países do da América Central e Caribe com o objetivo de consolidar a produção energética nacional (biodiesel) e garantir a participação brasileira, por meio de empresas privadas e do próprio Estado, na construção das possíveis infraestruturas dos países da referida região.

É indispensável também recordar-nos de que este acercamento do Estado brasileiro diante de outros países em desenvolvimento dialoga com o objetivo do governo Lula da Silva na busca por um assento permanente no CSNU. As declarações conjuntas firmadas com Barbados, Guatemala, Jamaica e Nicarágua demonstram o interesse brasileiro em arregimentar apoio a fim de conquistar o cargo permanente no conselho.

Outro aspecto importante, é que ao longo da história da política externa brasileira, a região poucas vezes foi contemplada pela chancelaria do Brasil, de modo que podemos apontar que a intencionalidade do governo Lula da Silva, também entrevia um aspecto geopolítico importante, observando, assim que o entorno geográfico brasileiro pressuponha um conjunto de países em

desenvolvimento, com interesses e necessidades convergentes àquelas brasileiras em uma região em que o Brasil possuía a maior massa territorial, populacional e militar da América Latina.

Conclusão

Embora seja bastante difundida a concepção de que o governo Lula da Silva dirigiu sua política externa com pautas multipolares e autonomistas, a visão geopolítica intrínseca a esta visão externa é pouco discutida. O que podemos constatar com as decorridas discussões e levantamentos de dados, é que a visão geopolítica clássica não pode ser dispensada para o entendimento desta política externa. Deste modo, a aproximação do governo brasileiro em direção à América Central e o Caribe, também possuía um escopo de afirmação do poder do Estado, em decorrência da proximidade territorial e semelhanças históricas da formação do território de cada país daquela região. Portanto, é necessário observar que as relações externas entre o Brasil e os países centro-americanos e caribenhos foram sustentadas por uma visão geopolítica clássica.

Referências

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, p. 214-240, Dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Nov. 2017.

BIATO, Marcel. América Latina e Caribe: nova fronteira da política externa brasileira. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – CNPEPI**, 3º ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 73-87.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Manual do candidato: geografia**. Brasília: FUNAG, 2012.

BRASIL. **Programa de Governo 2002 Lula Presidente: Um Brasil para Todos**, 2002. Disponível em <<https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.doc>>. Acesso em 29 de Mar. de 2017.

BRASIL. **Termo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba na Área de Micro e Pequena Empresa**, 2003. Disponível em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5011>>. Acesso em 27 de Agosto de 2018.

BRASIL. **Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Costa Rica sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível**, 2005. Disponível em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5449>>. Acesso em 28 de Ago. de 2018.

BRASIL. **Visita de Estado a República da Guatemala do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva**, 2009. Disponível em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6398>>. Acesso em 27 de Ago. de 2018.

BRIGIDO, Eveline Vieira. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente**. 2010. Tese (Ciências Políticas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat Filho. Brasil: Introdução ao Estudo de uma Potência Média. In: Oliveira, Eliezer Rizzo de (org.). **Militares: Pensamento e Ação Política**. Campinas: Papyrus, 1987.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, Dez. 2003, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Mar. 2017.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; MENDONÇA JUNIOR, Wilson. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 58, n. 1, p. 5-22, Jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292015000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Mar. 2017.

FREITAS, Elisa Pinheiros de. A Nova Geopolítica da Energia: Reflexão Sobre os Biocombustíveis. *Revista de Geopolítica*, Natal, v.5, n.1, p.113-129, Jan./Jun. 2014. Disponível em <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/101/10>>. Acesso em 29 de Ago. de 2018.

LACOSTE, Yves. La Méditerranée. **Hérodote**. n.103, p.3-39, Out/Dez. 2001.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Interest of America in Sea Power, Present and Future**. Londres, Sampson Low, Marston & Company, 1897. Disponível em <<http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/gutbook/lookup?num=15749>>. Acesso em 05 de Mai. de 2017.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

NUNES, Tiago Estivallet. **Política externa brasileira para América Central e Caribe (1995-2010): a ampliação das esferas de influência de uma potência média emergente**.

Revista de Geopolítica, v. 11, nº 1, p. 32-47, jan./fev./mar. de 2020.

2012. Dissertação. (Departamento de Ciências Políticas) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Golbery. do Couto. **Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil**. 2º ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981a.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010285292007000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 24 Set. 2017.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matias. Brasil na Governança Global do Clima, 2005-2012: A Luta entre Conservadores e Reformistas. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 35, nº1, janeiro/junho 2013, p. 43-76.

VIZENTINI, Paulo. **O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais**. In: ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antonio Carlos (orgs). *Relações internacionais do Brasil temas e agendas*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 159-193. <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5449>.

Recebido em 2018-09-07.

Publicado em 2020-01-01.